

Centrão e PT ainda impedem acordo sobre regimento

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

Os coordenadores do Centrão estão resistindo em fechar um acordo que viabilize o término da votação do novo regimento do Congresso constituinte ainda este ano.



Ontem, eles pediram ao deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, o adiamento, para a manhã de hoje, de

uma reunião que tentaria a conciliação entre os líderes partidários.

Ulysses ainda confia no término da votação na tarde de hoje. "Quando eu acho que não vai dar certo, não fico perdendo tempo", disse. Pela proposta apresentada por Ulysses, o Centrão teria de ceder no quórum exigido para apresentação de destaques (as 187 assinaturas seriam reduzidas a 112) e concordar com uma cota fixa de pedidos de destaques para os pequenos partidos de esquerda. Se o acordo não for fechado, a bancada petista não retira os pedidos de destaque ao novo regimento, que

estão obstruindo a votação final. "É nosso único trunfo", disse o deputado José Genoíno (PT-SP).

"Estão pedindo que nós joguemos no cesto do lixo a nossa vitória", disse o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos articuladores do Centrão, ao analisar a proposta de acordo apresentada por Ulysses. Mesmo com a resistência dos coordenadores do Centrão, parte dos membros do grupo concorda com os termos do acordo. "Nós queremos uma solução", disse o deputado Mauro Miranda (PMDB-GO).

PFL vê 34 pontos polêmicos no projeto

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) apresentou ontem, na reunião da Executiva do partido, uma lista de 34 temas que considera "polêmicos" no projeto de Constituição. O documento foi encomendado pela direção do partido e servirá de base para que o PFL defina, a partir de sua discussão, a posição que irá adotar em relação a cada um dos assuntos polêmicos. A Executiva marcou nova reunião para o dia 5 de janeiro. Nesse dia, os dirigentes pretendem formalizar a posição do partido.

Não há uma definição clara quanto à posição a ser adotada após a reunião de ontem. Ao sair, o senador Marco Maciel (PE), presidente do partido, disse que o objetivo é "orientar" os parlamentares do PFL na elaboração das emendas a serem apresentadas ao projeto de Constituição. Tinoco, membro do Centrão, disse que a discussão não visa necessariamente a apresentação de emendas, mas a formalização de uma posição do partido, a ser exposta no processo de negociação com as demais "forças" do Congresso.

Entre os pontos listados por Tinoco em seu documento, de quatro páginas, estão a estabilidade no emprego,



Marco Maciel (à cabeceira da mesa) preside a reunião da Executiva pefelista

a jornada de trabalho, licença gestante, direito de greve, eleições em dois turnos para prefeitos e imposto sobre fortunas. O deputado classifica ainda como "pontos desnecessários" do projeto aprovado na Sistematização a reserva de 10% de emprego nas empresas para pessoas com mais de 45 anos, a impenhorabilidade da propriedade rural até 25 hectares e a participação dos Estados, Distrito Federal e municípios nos resultados da exploração econômica e do aproveitamento dos recursos naturais.

Num outro documento, Tinoco faz críticas e dá sugestões ao capítulo da Ordem Social, que trata principalmente dos direitos dos trabalhadores. Ao falar sobre a estabilidade no emprego, por exemplo, Tinoco oferece três alternativas: 1- a manutenção pura e simples do texto da Comissão de Sistematização; 2- a manutenção apenas do princípio da estabilidade, que seria regulamentado em lei ordinária; 3- a instituição de uma indenização para o trabalhador em casos de demissão sem justa causa.

Congresso começa a votar 114 decretos-leis

Da Sucursal de Brasília

Além do decreto-lei do pacote fiscal, a ser anunciado nos próximos dias pelo governo, outros 114 decretos-leis aguardam a oportunidade de serem votados no plenário do Congresso Nacional, que está funcionando desde ontem até o dia 28 de janeiro em caráter extraordinário. A pilha de documentos inclui, por exemplo, o decreto-lei que instituiu o Plano Bresser, a 12 de junho deste ano. Esses 114 decretos-leis, que tramitam em "regime de urgência", poderão

passar por decurso de prazo (aprovação por falta de votação) se não forem votados dentro de sete dias.

Assim que for enviado ao Congresso pelo governo, o decreto-lei do pacote fiscal terá prioridade sobre os demais na fila de votação. A diferença fundamental entre um decreto-lei e um projeto de lei é que o decreto entra em vigor assim que é publicado no Diário Oficial, antes mesmo de ser votado. O projeto só se transforma em lei se for aprovado. De resto, o Congresso não tem poderes para

modificar um decreto, como faz com os projetos. Limita-se apenas a aprová-lo ou rejeitá-lo.

O conteúdo dos decretos-leis que engrossam a fila de espera do Congresso vai desde a criação de novos cargos no Ministério da Cultura, até reajuste de vencimentos de servidores públicos, passando pela abertura de um crédito especial de Cz\$ 15 bilhões pelo governo. Ontem, outros quinze decretos-leis foram lidos em plenário e entraram automaticamente na pauta de votações.



CARDOSO ALVES E GENOINO CULPAM-SE MUTUAMENTE

Com dedos em riste e com vozes bem exaltadas, os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos coordenadores do Centrão, e José Genoíno (PT-SP) trocaram acusações (foto), durante toda a tarde de ontem, sobre a culpa do adiamento

da votação final do novo regimento do Congresso constituinte. Cercados por jornalistas, os dois deram um verdadeiro espetáculo de provocações e desafios. Até o momento em que "Cardosão" foi queixar-se ao deputado federal Ulysses Guimarães,

presidente do Congresso constituinte, da incontinência verbal de Genoíno. Tentando apaziguar os ânimos, Ulysses chamou o "moderado" deputado petista Plínio de Arruda Sampaio (SP), pedindo calma. Depois da bronca, as brigas acabaram.

Ulysses passará as festas de final de ano em NY

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, do Congresso constituinte e do PMDB, vai passar as festas de fim de ano em Nova York, em companhia de sua mulher, Mora. Ele embarca no próximo sábado e retorna no dia 3 de janeiro.

O deputado vai a convite da sobrinha Sônia, que é casada com o ex-ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), o almirante José Maria do Amaral, agora adido militar do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU). Ulysses atende a um pedido especial de Mora, que insistiu na viagem.

Ontem, o deputado já havia acertado horários fixos para telefonar, diariamente, para seus assessores.

INFORME PUBLICITÁRIO

São Paulo, 16 de dezembro de 1987.

Ao
BRADESCO S/A.

Sou correntista desse Banco pela Agência São Miguel Paulista. Através dela realizo todas as minhas operações bancárias, particulares e comerciais, entre as quais se inclui o seguro de todos os meus veículos. E seguro é o objeto desta carta.

No dia 03 de setembro de 1987, uma das minhas carretas foi acidentada em operação normal de descarga. Esta carreta está segurada pela apólice n.º 934.078 da BRADESCO SEGUROS, no valor de Cz\$1.000.000,00. Logo após o acidente segui todos os passos exigidos pelo contrato de seguro: Aviso de Sinistro n.º 76021 de 11 de setembro de 1987, apresentação de orçamentos (n.º 2.637 de 14 de setembro de 1987 e 2.647 de 30 de setembro de 1987) pela Iderol S.A., fabricante da carreta e escolhida por mim como reparadora.

Os orçamentos foram aprovados imediatamente após a sua apresentação. Inexplicavelmente, entretanto, no dia 05 de outubro o Inspetor da Seguradora compareceu à empresa reparadora e tornou sem efeito a aprovação dos orçamentos alegando perda total. E, neste momento, teve início a novela que efetivamente motivou esta carta.

A partir da desaprovada dos orçamentos venho tentando sistematicamente contato com a Seguradora para as providências cabíveis, ora simplesmente não sou recebido, ora me é dada a vaga resposta verbal de que o sinistro não tem cobertura.

Por outro lado, não concordo com a perda total alegada, pois o valor do reparo não atinge 75% da importância segurada, como consta em contrato.

Hoje já se passaram mais de 3 meses desde o sinistro e me vejo ante de meu capital totalmente inoperante depois de incontáveis tentativas de solução do problema. Diante desta situação não consigo chegar a outras conclusões que não as seguintes:

— A seguradora não está interessada na solução, pois, o pior que pode acontecer, é ter que pagar o reparo da carreta com valores totalmente defasados em consequência da desvalorização do nosso dinheiro;

— A seguradora não está interessada nos prejuízos de seus clientes decorrentes seja pelo capital parado em si, seja pelos negócios não realizados.

Estou certo de que uma instituição bancária não contém em seus registros qualquer ato de minha parte que me desabone, o que, dentro do princípio da reciprocidade, não está correspondendo à atitude de V.Sas.

Estou convencido de que o sucesso do que seria o maior complexo financeiro privado do país não está calcado na ludibriação dos seus clientes.

Por isso quero crer que a morosidade e indefinição na solução do problema em questão seja apenas resultado do sistema altamente burocratizado, característica dessa instituição financeira.

Entendo, entretanto, que nós clientes não devemos arcar com tal ônus.

Atenciosamente,

(a) Valdir Félix Raposo